

**PERSPECTIVAS ARQUEOLÓGICAS E GENEALÓGICAS PARA UMA
EPISTEMOLOGIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO**

**ARCHAEOLOGICAL AND GENEALOGICAL PERSPECTIVES FOR A
POLITICAL EPISTEMOLOGY OF DEVELOPMENT**

**PERSPECTIVAS ARQUEOLÓGICAS Y GENEALÓGICAS PARA UNA
EPISTEMOLOGÍA POLÍTICA DEL DESARROLLO**

Sandro Luiz Bazzanella¹

Cintia Neves Godoi²

RESUMO

Pensar o desenvolvimento sob uma perspectiva arqueológica e genealógica se fez exercício no presente artigo. O intuito é apoiar entendimento do fazer científico a partir da análise das acepções adquiridas pelo termo ao longo do tempo, sempre vinculado a uma dinâmica de movimento que parte de um determinado ponto e chega a outro, frequentemente tido como superior. Considerando estes usos se problematizou que a partir do viés eminentemente evolutivo, por vezes ideológico e violento considerou-se que este modo de reflexão pode negar fundamentos do pensamento científico, relevantes, como a perspectiva histórica. Para tanto foram questionados os sentidos do pensar filosófico e sua relação com considerações acerca do desenvolvimento e utilizadas contribuições sobre genealogia de Nietzsche, de arqueologia e genealogia de Foucault. Por fim foram elencadas abordagens para dar suporte às reflexões epistemológicas sobre o entendimento do desenvolvimento como ciência.

Palavras-chave: epistemologia; desenvolvimento; filosofia; genealogia; arqueologia.

ABSTRACT

Thinking about development from an archaeological and genealogical perspective was exercised in this article. The aim is to support the understanding of scientific work based on the analysis of the meanings acquired by the term over time, always linked to a dynamic movement that starts from a certain point and arrives at another, often

¹Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010). Docente na graduação e no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Universidade do Contestado. Campus Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9430-8684>. E-mail: sandro@unc.br

²Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2012). Professora Titular do Mestrado em Desenvolvimento Regional do UNIALFA - Centro Universitário Alves Faria. Goiânia. Goiás. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5844-4497>. E-mail: cintia.godoi@unialfa.com.br

considered superior. Considering these uses, it was questioned that from the eminently evolutionary bias, sometimes ideological and violent, it was considered that this mode of reflection can deny fundamentals of scientific thought, relevant, such as the historical perspective. Therefore, the meanings of philosophical thinking and their relationship with considerations about development were questioned and contributions on Nietzsche's genealogy, archeology and genealogy of Foucault were used. Finally, approaches were listed to support epistemological reflections on the understanding of development as a science.

Key words: epistemology; development; philosophy; genealogy; archeology.

RESUMEN

En este artículo se ejercitó una reflexión sobre el desarrollo desde una perspectiva arqueológica y genealógica. El objetivo es apoyar la comprensión del trabajo científico a partir del análisis de los significados adquiridos por el término a lo largo del tiempo, siempre ligados a un movimiento dinámico que parte de un punto determinado y llega a otro, a menudo considerado superior. Teniendo en cuenta estos usos, se cuestionó que desde el sesgo eminentemente evolutivo, a veces ideológico y violento, se considerara que este modo de reflexión puede negar fundamentos del pensamiento científico, relevantes, como la perspectiva histórica. Por lo tanto, se cuestionaron los significados del pensamiento filosófico y su relación con las consideraciones sobre el desarrollo y se utilizaron los aportes sobre la genealogía de Nietzsche, la arqueología y la genealogía de Foucault. Finalmente, se enumeraron enfoques para apoyar las reflexiones epistemológicas sobre la comprensión del desarrollo como ciencia.

Palabras clave: epistemología; desarrollo; filosofía; genealogía; arqueología.

Artigo recebido em: 02/04/2025

Artigo aprovado em: 05/04/2025

Artigo publicado em: 25/04/2025

Doi: <https://doi.org/10.24302/prof.v12.5913>

1 INTRODUÇÃO

A proposta reflexiva de artigo intitulado: “Perspectivas arqueológicas e genealógicas para uma epistemologia política do desenvolvimento” nos coloca diante de vários desafios. Sua composição, para além de ser problemática é

problematizadora. Suscita questionamentos. Mas, também afirma, ou mesmo confirma pressupostos epistemológicos. Situemos um questionamento inicial como motivador do exercício reflexivo que perpassa o artigo. Anunciar uma epistemologia do desenvolvimento indica que é possível considerar a possibilidade de uma “Ciência do Desenvolvimento”? Mas, tomando a classificação tradicional dos campos científicos (Ciências Exatas, Ciências Naturais, Ciências Sociais Aplicadas e Humanas) e, das inúmeras “ciências” que compõe cada um dos campos mencionados e, que se constituem a partir da especificidade de seus objetos, não se identifica a “Ciência do Desenvolvimento”.

Se insistirmos em afirmar a possibilidade de existência de uma “Ciência do Desenvolvimento” como ciência específica, outros questionamentos se apresentam: qual seria o campo científico ao qual estaria vinculada? As Ciências Exatas? A matemática? A estatística como ciência derivada da matemática? Observemos que como ciência de Estado, a estatística se faz presente e necessária, quando analisamos aspectos humanos, sociais e materiais do desenvolvimento, ou aspectos do desenvolvimento vinculados a localidades, regiões, territórios e países. Mas, situemos mais alguns questionamentos: estaria da Ciência do Desenvolvimento vinculada as Ciências Naturais? À Física? A Química? A Biologia? Há pesquisas sobre desenvolvimento que se vinculam e, se constituem a partir do arcabouço conceitual das ciências nomeadas. Entre elas, encontramos pesquisas que demonstram que a composição dos solos de uma determinada localidade, ou região tem características que lhe conferem maior competitividade agrícola, ou mesmo de outros ramos da atividade econômica. Estaria ainda, a Ciência do Desenvolvimento articulada com as Ciências Sociais Aplicadas e Humanas? Ao Direito? A Geografia? A História? A Antropologia? A Economia? A Pedagogia?

Observemos que se apresentam em periódicos científicos uma infinidade de artigos científicos, mas, também em livros, capítulos de livros contribuições das Ciências Sociais Aplicadas e Humanas refletindo, debatendo e, divulgando

contribuições pretensamente científicas sobre desenvolvimento em suas várias dimensões vinculadas a economia política, entre elas, desenvolvimento humano, social, econômico, ambiental e, sustentável. Ou vinculados à discussões em que o termo o desenvolvimento aparece atrelado às escalas espaciais como o local, regional, nacional. Ou ainda, às dimensões patrimonial, sustentável e outras. Portanto, trata-se de reconhecer as contribuições das mais diversas ciências constitutivas do Campo das Ciências Exatas, Naturais, Sociais Aplicadas e Humanas para as teorias científicas do desenvolvimento em seus diversos âmbitos de abordagem.

Se mantivermos a afirmação de que há uma Ciência do Desenvolvimento e, supondo que a mesma transitaria em diversos campos científicos acima nomeados e demonstrados, trata-se de questionar: qual seria o objeto desta ciência? A condição basilar para a constituição de uma ciência é a existência de um objeto de estudo definido em suas especificidades. O objeto da ciência do desenvolvimento seria o próprio desenvolvimento? Quais as especificidades deste objeto tomado em si mesmo? Ou teríamos que tomá-lo a partir de uma perspectiva comparativa com outros objetos de outras ciências em suas especificidades? E se mesmo diante destes limites e, destas dificuldades de definição do objeto do desenvolvimento na condição do próprio desenvolvimento como objeto, afirmarmos a existência da “Ciência do Desenvolvimento”, quais os parâmetros metodológicos que lhe conferem cientificidade suficiente em seu fazer científico? A Ciência do Desenvolvimento requer um arcabouço metodológico específico em função das especificidades de seu objeto? Ou, considerando as especificidades multifacetadas e, multidisciplinares do desenvolvimento, também a metodologia deverá se apresentar a partir da multiplicidade de ciências em intercurso dialógico a partir das múltiplas dimensões do objeto “desenvolvimento”?

Nesta direção, consideremos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, quando da organização dos programas de pós-graduação *stricto sensu* os classifica em Áreas do Conhecimento hierarquizados em níveis que vão

do geral ao específico, e conformam nove grandes áreas. O primeiro nível é definido como Grande Área que é apresentada como uma “aglomeração de diversas áreas do conhecimento, em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos”³. O segundo nível é considerado como Área do Conhecimento (Área Básica) e neste estão presentes um “conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construídos, reunindo segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas”. O terceiro nível representa a Subárea, que deve apresentar “segmentação da área do conhecimento (ou área básica) estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados” (CAPES, 2020). E, por fim, o quarto nível que abrange a Especialidade, representada por “caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma especialidade pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas básicas e subáreas”.

Sob tais perspectivas, constata-se que o desenvolvimento se apresenta como tema específico da ciência brasileira e pode ser encontrado de maneira difusa em mais de uma Grande Área da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e com maior concentração se pode encontrar uma subárea denominada Desenvolvimento Regional dentro de uma área intitulada Planejamento Urbano Regional e Demografia – PLURD. Assim, é possível dizer que o desenvolvimento é considerado como objeto, ou tema, na estruturação institucional do pensamento científico brasileiro. É importante observar que é possível constatar a existência de programas de ensino e pesquisa científica em torno do desenvolvimento em diversos outros países do continente americano, africano e, europeu.

³As classificações das áreas de conhecimento organizadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES podem ser encontradas no endereço virtual a seguir:
<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>

No entanto, considerar desenvolvimento como objeto do fazer científico não é tema consolidado, ou mesmo pacificado. O economista e sociólogo Theotonio dos Santos (1936-2018), um dos principais formuladores da teoria da dependência em sua vertente marxista ao longo dos anos 60 do século XX, se posicionou desta maneira a respeito do campo de investigação do desenvolvimento:

O estudo da evolução da teoria do desenvolvimento revela duas debilidades básicas: seu ecletismo teórico e seu formalismo metodológico. Ambas as limitações teórico-metodológicas conduzem a um tipo de análise que despreza a análise dos meios de procedimentos propostos para alcançar o desenvolvimento das condições históricas concretas em que este ocorre. A abstração das condições históricas conduz, não a uma teoria aplicável a qualquer situação concreta, como se pretende, mas a um conjunto de fórmulas vazias que escamoteiam a relação entre o desenvolvimento econômico e as condições concretas de sua realização dentro de uma economia mundial que modifica sua estrutura em um processo dialético de evolução histórica. (Santos, 1991, p. 27)

O referido autor aponta para debilidades no estudo da evolução da teoria do desenvolvimento, entre elas o ecletismo e seu formalismo metodológico. O ecletismo se caracteriza, sobretudo pela justaposição de ideias, argumentos e teses advindas de perspectivas científicas diversas, conformando variáveis teóricas multifacetadas, marcadas pela pluralidade de concepções e posicionamentos. Se por um lado o ecletismo amplia o campo de percepção, de interpretação, interlocução e análise, por outro dificulta a constituição de uma visão unificada, consistente e universalizável. Ainda nesta direção, aponta o autor, não bastasse o ecletismo teórico e conceitual existente nos estudos das teorias do desenvolvimento, também se apresenta o formalismo metodológico, que se caracteriza por parte de pesquisadores formados em ciências específicas, se agarrarem firmemente e formalmente aos métodos de investigação científica que foram utilizados em seu campo específico de conhecimento. O apego a métodos específicos vinculados a uma ciência em específico, no âmbito de um campo de conhecimento parece não contribuir de forma suficiente, justamente por

desconsiderar as singularidades dos mais diversos métodos científicos inerentes as ciências e, seus respectivos campos científicos em perspectiva interdisciplinar e, dialógica em torno objeto desenvolvimento local, ou regional.

Como estratégia de contraposição ao ecletismo e ao formalismo metodológico Theotonio dos Santos propõe que se pesquise, investigue, estude e, sobretudo, que se constituam teorias do desenvolvimento tomando como pressuposto, como fundamento, as condições históricas, políticas, sociais, materiais, econômicas, a partir das quais contraditoriamente, ou a partir da luta entre contrários se constitui o fazer humano em sua multiplicidade de formas de manifestação e, por decorrência constituem o humano e o mundo humano.

Assim, para Theotonio dos Santos o desenvolvimento é o resultado da dialética inerente à condição humana, a sua práxis, a partir da qual cotidianamente o mundo humano alcança novas formas e relações de produção, que ensejam demandas políticas, econômicas e jurídicas conformando relações humanas e sociais perpassadas pela exploração e expropriação do trabalho e, conseqüentemente do mundo humano individualmente e socialmente constituído.

Sob tais perspectivas analíticas, constata-se que fazer ciência do desenvolvimento requer a abertura dialógica entre os mais diversos campos do conhecimento científico, na medida em que a singularidade do objeto, do conceito, ou da ideologia do desenvolvimento apresenta-se multidimensional, multifacetada, radial, conformando uma complexa teia de possibilidades analíticas e, por decorrência uma singular cosmovisão.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo faz uso de uma metodologia hipotético-dedutiva e de revisão bibliográfica para análises, em torno das necessidades de compreensão das possibilidades de usos da genealogia como método de pesquisa, análise e reflexão

sobre desenvolvimento. Para tal fim, foram utilizados estudos e textos de Nietzsche (1998), Foucault (1979), Agamben (1942).

O método arque-genealógico foi utilizado para considerar o entendimento sobre desenvolvimento, e para alcançar tal condição torna-se necessário considerar qual a contribuição da filosofia, bem como a especificidade do exercício do filosofar relacionado à consideração do desenvolvimento como objeto de análise.

Para dar suporte a um entendimento sobre desenvolvimento como construção conceitual, discursiva, histórica, foram utilizados os trabalhos de Hegel, Bazzanella *et al* (2022), Theotônio dos Santos (1991), Amaro (2003), Ferreira e Raposa (2017). E para analisar aspectos ideológicos do desenvolvimento, Prado (2015) e Fiori (2014) se apresentarão ao longo do debate.

Após problematizar o desenvolvimento como conceito, ou mesmo como ideologia articulado social e historicamente, e vinculado a periodizações no tempo, será possível analisar as estruturas que se articulam, ou que demonstram assinaturas ao fazer científico envolvido com o conceito, ou com a ideologia do desenvolvimento. Neste sentido, foram considerados perspectivas analíticas em torno da matriz judaico-cristã constitutiva do Ocidente, especialmente que vinculam ao desenvolvimento um entendimento teleológico, como condição para alcançar um porvir, um futuro, senão a “salvação”. A partir deste entendimento se estabelece uma análise criteriosa a esta perspectiva de mundo, considerando que o desenvolvimento não comporta em sua condição, garantias de um futuro de realização material, ou de felicidade para localidades, comunidades, regiões ou países. E, por isso, mas, também entre outras questões se faz necessário perscrutar arque-genealógicamente o conceito, ou a ideologia do desenvolvimento procurando compreender como este termo, ideia-força, ideologia, ou conceito é capaz de manter mobilizados pesquisadores, instituições e a sociedade em suas diversas dimensões espaciais.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A CONTRIBUIÇÃO DA FILOSOFIA POLÍTICA

Diante do exposto até o presente momento e, tomando em consideração a temática em análise “Perspectivas genealógicas para uma epistemologia política do desenvolvimento” faz-se necessário que nos coloquemos novamente diante de incômodos questionamentos: Que contribuições pode a filosofia oferecer aos estudos sobre desenvolvimento? Se a filosofia não é uma ciência no sentido moderno, tradicional, a partir do qual compreendemos ciência com objeto específico e método definido, o que pode ela dizer sobre desenvolvimento? Ou dito de outros modos até mais diretos e aligeirados: O que tem a ver filosofia com desenvolvimento? Se a filosofia não é ciência, se não produz nada de útil, o que pode ela oferecer no âmbito das teorias do desenvolvimento? Ainda nesta direção, não seria a filosofia aquele campo do conhecimento com o qual, ou sem o qual tudo continua tal e qual? E por aí poderíamos seguir com tais catilinárias...

Ora, muitos fazem uma outra pergunta: afinal, para que Filosofia? É uma pergunta interessante. Não vemos nem ouvimos ninguém perguntar, por exemplo, para que matemática ou física? Para que geografia ou geologia? Para que história ou sociologia? Para que biologia ou psicologia? Para que astronomia ou química? Para que pintura, literatura, música ou dança? Mas todo mundo acha muito natural perguntar: Para que Filosofia? Em geral, essa pergunta costuma receber uma resposta irônica, conhecida dos estudantes de Filosofia: “A Filosofia é uma ciência com a qual e sem a qual o mundo permanece tal e qual”. Ou seja, a Filosofia não serve para nada. Por isso, se costuma chamar de “filósofo” alguém sempre distraído, com a cabeça no mundo da lua, pensando e dizendo coisas que ninguém entende e que são perfeitamente inúteis. Essa pergunta, “Para que Filosofia?”, tem a sua razão de ser. Em nossa cultura e em nossa sociedade, costumamos considerar que alguma coisa só tem o direito de existir se tiver alguma finalidade prática, muito visível e de utilidade imediata. Por isso, ninguém pergunta para que as ciências, pois todo mundo imagina ver a utilidade das ciências nos produtos da técnica, isto é, na aplicação científica da realidade. [...]. As ciências pretendem ser conhecimentos verdadeiros, obtidos graças a procedimentos rigorosos de pensamento; pretendem agir sobre a realidade, através de instrumentos e objetos técnicos; pretendem fazer progressos nos conhecimentos, corrigindo-os e aumentando-os. Ora, todas essas pretensões

das ciências pressupõem que elas acreditem na existência da verdade, de procedimentos corretos para bem usar o pensamento, na tecnologia como aplicação prática de teorias, na racionalidade dos conhecimentos, porque podem ser corrigidos e aperfeiçoados. Verdade, pensamento, procedimentos especiais para conhecer fatos, relação entre teoria e prática, correção e acúmulo de saberes: tudo isso não é ciência, são **questões filosóficas**. O cientista parte delas como questões já respondidas, mas é a Filosofia quem as formula e busca respostas para elas (Chauí, 2000, p. 13).

Considerando que a filosofia⁴ pode ser definida⁵, entre infindáveis outras possibilidades de definição⁶, ou a partir de tantos quantos filósofos⁷ já existiram e, que porventura existam na atualidade, como o campo do conhecimento humano que analisa os pressupostos, as pretensões e os fundamentos do conhecimento científico, teológico, ou mesmo do senso comum, e da ação humana no mundo, pode-se afirmar que a filosofia assume condição necessária e urgente nas pesquisas e, nos debates sobre desenvolvimento e, sobretudo em relação às condições e possibilidades de uma “Ciência do Desenvolvimento”. Ou seja, perpassando os diversos campos da investigação filosófica, da lógica filosófica advinda de Aristóteles do mundo antigo, à filosofia analítica e da linguagem ao longo do século XX, a atualidade, a filosofia

⁴ “A Filosofia é a procura incansável e constante da evidência do sentido, que às vezes se esconde, que às vezes se torna invisível aos nossos olhos. Da mesma forma, ela exclui o fechamento num mundo de ideias, pois a realidade não se deixa absorver nem mesmo pela própria reflexão, como também não se reduz a uma simples projeção do pensamento. A Filosofia exige a volta constante à fonte de todas as ideias, ou seja, ao mundo vivido e a nós mesmos. Ela ensina o homem a evitar a armadilha que consistiria em se fechar no mundo da introspeção, num mundo todo “seu”. O mundo que a Filosofia o chama a compreender é o mundo que compartilha com outros “eus”, que com ele repartem a existência” (Giles, 1984, p. 5).

⁵ “Filosofia é o ensaio sempre renovado pelo homem para saber a que se ater, mediante o conhecimento, isto é, averiguação do ser das coisas, de acordo com as seguintes premissas: radicalidade, universalidade e circunstancialidade”. (Kujawski, 1985, p. 70)

⁶ “A Filosofia, embora ultrapassando largamente aquilo que de ordinário se trata na teoria do conhecimento, conserva-se dentro e no âmbito do *Conhecimento como objeto*. Isso é, enquanto a Ciência e o Conhecimento em geral, em que a Ciência constitui o setor organizado e sistematizado, têm por objeto as feições e ocorrências do Universo que envolvem o Homem e de que ele também participa, o objeto da Filosofia é precisamente esse “conhecimento” de tais feições e ocorrências. [...]. A Filosofia sempre se ocupou, de fato, do Conhecimento em si e todas suas implicações, embora frequentemente julgue, ou melhor, julgam os filósofos seus autores estarem tratando de outro objeto” (Prado Jr. 1981, p. 19).

⁷ “Papel da filosofia: “Quando pergunta para que serve a filosofia, a resposta deve ser agressiva, visto que a questão se pretende irônica e mordaz. A filosofia não serve nem ao Estado nem à Igreja, que têm outras preocupações. Não serve a nenhum poder estabelecido. A filosofia serve para *entristecer*. Uma filosofia que não entristece a ninguém e não contraria ninguém não é uma filosofia. Ela serve para incomodar a besteira, faz da besteira algo vergonhoso. Não tem outra serventia, a não ser a seguinte: denunciar a baixeza do pensamento em todas as suas formas” (Deleuze, 2018, p. 136).

podem contribuir com o diálogo científico multidisciplinar em torno dos pressupostos epistemológicos e conceituais que podem alicerçar a “Ciência do Desenvolvimento” e suas respectivas teorias.

[...] a filosofia não é um caos de pontos de vista incomensuráveis, nem consiste simplesmente em possuir certezas. Trata-se de ter opiniões sobre certos temas bem definidos e sustentá-las em algo diferente de uma convicção pessoal; mais ainda, o núcleo essencial da filosofia não é constituído de crenças tematicamente definidas e racionalmente fundadas, senão de problemas e soluções. [...], a filosofia possui problemas, sendo a unidade dinâmica interna desses problemas o que está na base da multiplicidade e da mudança de temas e opiniões. Quando não há problema tampouco há filosofia. [...]. Os problemas [...] não estão ali prontos, esperando simplesmente que o pensador os tome. A sua construção (e não tão-só e em primeira linha a sua resposta) é parte essencial do trabalho filosófico. [...]. Entender um autor é ver sua filosofia como resposta “ao” problema que ele se coloca. (Porta, 2002, p. 25-26).

No âmbito da especificidade desta pesquisa, nos concentraremos em algumas contribuições advindas da Filosofia Política⁸. Talvez até possamos definir estas pretensas contribuições no contexto de uma epistemologia política do desenvolvimento. Ou seja, de procurar demonstrar a partir do método arque-genealógico de investigação filosófica, visões de mundo que conformam o campo paradigmático que confere sustentabilidade às teorias do desenvolvimento, bem como justifica demandas e iniciativas sociais, políticas e institucionais no alcance do desenvolvimento local e regional na atualidade. Importante observar que a opção filosófica pelo método arque-genealógico não desconsidera, não exclui outros métodos filosóficos de investigação, entres eles: o materialismo histórico, intensa e profundamente utilizado pelo filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto, e mesmo por Theotonio dos Santos, na constituição de sua filosofia do desenvolvimento nacional.

⁸A Filosofia Política é campo da investigação filosófica que possui como objeto de investigação, problematização e análise o problema político. "O problema político é o problema relativo à origem e a fundação do Estado (*pólis*), à sua organização, à sua melhor forma, à sua função e a seu fim específico, à natureza da ação política e suas relações com a ação moral, as relações entre Estado e Indivíduos, entre Estado e Igreja, entre Estado e partidos" (Mondin, 1980, p. 114).

Ou ainda outros métodos de orientação filosófica centrado no positivismo, ou na fenomenologia.

3.2 O MÉTODO ARQUEOLÓGICO E GENEALÓGICO E O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Portanto, iniciemos pelo método genealógico. Nietzsche⁹ (1844-1900) o concebeu e demonstrou ao longo de sua obra sua importância estratégica para a compreensão de ideias, concepções, práticas, preconceitos e, até ressentimentos vigentes no presente, mas cujas origens se encontram em contextos passados precisos e, que a vivência cotidiana no transcurso do tempo se encarrega de lançar no esquecimento. Nietzsche demonstra tal pertinência da genealogia¹⁰, especificamente no livro: “A Genealogia da Moral”, em que o filósofo investiga os arquétipos que estão nos fundamentos de nossas concepções de bem, de mal, do sentimento de culpa, de

⁹“Por um escrúpulo que me é peculiar, e que confesso a contragosto – diz respeito à moral, a tudo o que até agora foi celebrado na terra como moral – [...] - tanto minha curiosidade quanto minha suspeita deveriam logo deter-se na questão de onde se originam verdadeiramente nosso bem e nosso mal. [...]. Por fortuna logo aprendi a separar o preconceito teológico do moral, e não mais busquei a origem do mal por trás do mundo. Alguma educação histórica e filológica, com um inato senso seletivo em questões psicológicas, em breve transformou meu problema em outro: sob que condições o homem inventou para si os juízos de valor " bom " e " mau "? e que valor têm eles? Obstruíram ou promoveram até agora o crescimento do homem? São indício de miséria, empobrecimento, degeneração da vida? Ou, ao contrário, revela-se neles a plenitude, a força, a vontade da vida, sua coragem, sua certeza, seu futuro? - Para isso encontrei e arrisquei respostas diversas, diferenciei épocas, povos, hierarquias dos indivíduos, especializei meu problema, das respostas nasceram novas perguntas, indagações, suposições, probabilidades: até que finalmente eu possuía um país meu, um chão próprio, um mundo silente, próspero, florescente, como um jardim secreto do qual ninguém suspeitasse [...].” (Nietzsche, 1998, p. 9)

¹⁰“Mas todos os fins, todas as utilidades são apenas indícios de que uma vontade de poder se assenhoreou de algo menos poderoso e lhe imprimiu o sentido de uma função; e toda a história de uma "coisa", um órgão, um uso, pode desse modo ser uma ininterrupta cadeia de signos de sempre novas interpretações e ajustes, cujas causas nem precisam estar relacionadas entre si, antes podendo se suceder e substituir de maneira meramente casual. Logo, o "desenvolvimento" de uma coisa, um uso, um órgão, é tudo menos o seu *progressus* em direção a uma meta, menos ainda um *progressus* lógico e rápido, obtido com um dispêndio mínimo de forças - mas sim a sucessão de processos de subjugamento que nela ocorrem, mais ou menos profundos, mais ou menos interdependentes, juntamente com as resistências que a cada vez encontram, as metamorfoses tentadas com o fim de defesa e reação, e também os resultados de ações contrárias bem-sucedidas. [...]. Quero dizer também a *inutilização* parcial, a atrofia e degeneração, a perda de sentido e propósito, a morte, em suma, está entre as condições para o verdadeiro *progressus*, o qual sempre aparece em forma de vontade e via de *maior poder*, e é sempre imposto à custa de inúmeros poderes menores. A magnitude de um “avanço”, inclusive, se *mede* pela massa daquilo que teve de lhe ser sacrificado;! (Nietzsche, 1998, p. 66-67).

dívida, do ressentimento em relação à vida. Por sua vez, Michel Foucault (1924-1984) apresenta-se neste aspecto como herdeiro de Nietzsche. Assume o método arque-genealógico na investigação da governamentalidade política, jurídica, econômica que se constituiu na modernidade como razão de Estado que para a gestão dos recursos humanos a sua disposição (indivíduos e população) estabelece tecnologias disciplinares na docilização dos corpos e, de controle dos indivíduos e da população no contexto biopolítico. O filósofo Roberto Machado (1942-2021), na introdução do livro “Microfísica do Poder”, intitulada: “Por uma genealogia do poder”, apresenta na seguinte direção, a perspectiva genealógica de Foucault:

[...] para a genealogia que ele tem realizado é a dos mecanismos e técnicas infinitesimais do poder que estão intimamente relacionados com a produção de determinados saberes – sobre o criminoso, a sexualidade, a doença, a loucura, etc. – e analisar como esses micro-poderes, que possuem tecnologia e história específicas, se relacionam com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho de Estado. [...]. O interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites, ou fronteiras. Daí a importante e polêmica ideia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. [...]. O que faz a genealogia é considerar o saber – compreendido como materialidade, como prática, como acontecimento – como peça de um dispositivo político que, enquanto dispositivo, se articula com a estrutura econômica. (Machado, *apud* Foucault, 1979, p. XIII-XIV-XXI)

No que concerne à arqueologia como método de investigação circunscrito no âmbito genealógico, Foucault a concebe “dirigindo-se ao espaço geral do saber, as suas configurações e ao modo de ser das coisas que aí aparecem, define sistemas de simultaneidade, assim como a série de mutações necessárias e suficientes para circunscrever o limiar de uma positividade nova” (Foucault, 2007, p. XX). Nesta perspectiva, o filósofo francês estabelece quatro pontos estratégicos a partir dos quais a arqueologia no âmbito genealógico com a pesquisa e a compreensão em torno das

formas de constituição dos discursos e suas pretensões de afirmação de uma determinada ordem societária.

1. A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem certas regras. [...]. 2. A arqueologia não procura encontrar a transição contínua e insensível que liga, em declive suave, os discursos ao que os precede, envolve ou segue. Não espreita o momento em que a partir do que ainda não eram, tornaram-se o que são; nem tampouco o momento em que, desfazendo a solidez de sua figura, vão perder, pouco a pouco, sua identidade. [...]. 3. A arqueologia não é ordenada pela figura soberana da obra; não busca compreender o momento em que esta se destacou do horizonte anônimo. Não quer reencontrar o ponto enigmático em que o individual e o social se invertem um no outro. [...]. 4. Finalmente, a arqueologia não procura reconstruir o que pode ser pensado, desejado, visado, experimentado, almejado pelos homens no próprio instante em que proferiram o discurso; ela não se propõe a recolher esse núcleo fugidio onde autor e obra trocam de identidade; onde o pensamento permanece ainda o mais próximo de si, na forma ainda não alterada do mesmo, e onde a linguagem não se desenvolveu ainda na dispersão espacial e sucessiva do discurso. (Foucault, 2008, p. 157-158)

Por seu turno, o filósofo e jurista italiano Giorgio Agamben (1942) retoma a seu modo o método arque-genealógico como forma de reconhecer¹¹ nas concepções, nas teorias, nos conceitos, nas instituições, nas ações do presente as assinaturas¹² de concepções, teorias, conceitos e práticas vivenciadas em determinado contexto da trama civilizatória em que nos inserimos. Nesta direção, Agamben define a arqueologia nos seguintes termos:

Podemos chamar provisoriamente de ‘arqueologia’ aquela prática eu, em toda investigação histórica, tem a ver não com a origem, mas com o ponto de

¹¹“Aliás, toda pesquisa nas ciências humanas - e, por conseguinte, também a presente reflexão sobre o método - deveria implicar um cuidado arqueológico, isto é, retroceder no próprio percurso até o ponto em que algo ficou obscuro e não tematizado. Só um pensamento que não esconde o próprio não dito, mas incessantemente o retoma e o desenvolve, pode, eventualmente, pretender a originalidade” (Agamben, 2019, p. 8).

¹²“Antes de mais nada, aqui a assinatura já não é apenas o que, pode em relação âmbitos diferentes, manifesta a virtude oculta das coisas; ela é, antes, o operador decisivo de todo conhecimento, o que torna inteligível o mundo, que é, em si, mundo e sem razão” (Agamben, 2019, p. 27).

insurgência do fenômeno, e deve, portanto, se confrontar novamente com as fontes e com a tradição. E não pode encarar a tradição sem desconstruir os paradigmas, as técnicas e as práticas mediante as quais ela regula as formas de transmissão, condiciona o acesso às fontes e determina, em última análise, o próprio estatuto do sujeito cognoscente (Agamben, 2019, p. 128).

O reconhecimento arque-genealógico¹³ destas assinaturas em determinados conceitos, concepções e práticas do presente conforma um campo paradigmático, a partir do qual se podem compreender determinados fenômenos em que se insere a vida, o pensamento, o fazer científico, político, jurídico e econômico na atualidade. Ressalte-se que para Agamben e coerente com a perspectiva arque-genealógica de Foucault, trata-se da constituição de uma ontologia do presente. Ou seja, de procurar compreender as contradições, os paradoxos em curso no tempo presente, “não uma origem pressuposta no tempo, mas situando-se no cruzamento entre diacronia e sincronia, torna inteligível o presente do pesquisador não menos que o passado de seu objeto” (Agamben, 2019, p. 42). Assim, no que concerne as assinaturas, nas palavras do filósofo:

15. Tentemos, a esta altura, fixar em forma de tese alguns traços que, segundo nossa análise, definem o paradigma:

- 1) O paradigma é uma forma de conhecimento que não é nem indutivo, nem dedutivo, mas analógico, que se move da singularidade para a singularidade.
- 2) Neutralizando a dicotomia entre o geral e o particular, ele substitui a lógica dicotômica por um modelo analógico bipolar.
- 3) O caso paradigmático se torna tal suspendendo e, ao mesmo tempo, expondo seu pertencimento ao conjunto, de forma que nunca é possível separar nele exemplaridade e singularidade.
- 4) O conjunto paradigmático nunca é pressuposto aos paradigmas, mas permanece imanente a eles.
- 5) Não há, no paradigma, uma origem ou uma arché: cada fenômeno é a origem, cada imagem é arcaica.
- 6) A historicidade do paradigma não está nem na diacronia, nem na sincronia, mas num cruzamento entre elas (Agamben, 2019, p. 41).

¹³ “Na investigação genealógica, o acesso ao passado, que foi encoberto e recalcado pela tradição, se torna possível tão somente pelo paciente trabalho que substitui a busca da origem pela atenção ao ponto de insurgência. [...]. A regressão arqueológica, remontando para aquém do limite entre o consciente e o inconsciente, alcança também a linha de falha em que recordação e esquecimento, vivido e não vivido, se comunicam e se separam simultaneamente” (Agamben, 2019, p. 147).

3.2.1 Arque-genealogia do termo desenvolvimento

Diante do exposto, façamos uma incursão arque-genealógica em torno do termo desenvolvimento. Iniciemos este exercício reflexivo ressaltando alguns aspectos da definição de desenvolvimento que encontramos em importantes dicionários da língua portuguesa. 1. Movimento em direção ao melhor; 2. Adiantamento, crescimento, aumento, progresso; 3. Crescimento ou formação gradual de uma coisa; estado ou forma que se pode alcançar; Processo ou resultado do aperfeiçoamento de uma determinada situação. O aspecto comum que encontramos nestas definições da língua portuguesa relativa ao termo desenvolvimento é a ideia de movimento, de algo, ou de uma determinada situação, ou condição que parte de ponto A em direção de um ponto B. No ponto A reside a potencialidade de se alcançar em ato o ponto B.

A partir da perspectiva epistemológica arque-genealógica, encontramos uma assinatura do que concebemos como desenvolvimento na contemporaneidade, em Heráclito de Éfeso, pensador pré-socrático, cujos registros doxográficos oferecem indicativos de que teria vivido por volta do século V a.C. na Grécia Antiga. Uma das principais contribuições das prerrogativas filosóficas de Heráclito foi argumentar que a *Physis*¹⁴, aquilo que nomeamos de realidade e os entes que nela se apresentam se encontra em constante devir, em constante vir-a-ser, em constante mudança. O deslocamento, o movimento, a passagem, a transição de uma determinada situação a outra é o que caracteriza a *Physis*, a realidade. Encontramos tais argumentos em

¹⁴"[...] a physis é o conceito fundamental de todo o pensamento pré-socrático [...]. Etimologicamente, physis é um abstrato formado pelo sufixo sis e pela raiz verbal phy; na voz ativa: phúein, na voz média: phúesthai. Patzer analisa a palavra em função de Homero, e constata que estas duas formas verbais são aplicadas preferencialmente ao mundo e vegetal. Na voz ativa significa produzir (como o bosque que na primavera produz folhas), e na voz média significa crescer (aos ciclopes, "tudo cresce sem semente e sem arado") (2). O reino vegetal seria, assim, o originário, estendendo-se, mais tarde, o significado do verbo a ponto de assumir uma amplitude máxima. Jaeger diz que a palavra physis designa o processo de surgir e desenvolver-se, razão pela qual os gregos a usavam frequentemente com um genitivo. E acrescenta Jaeger: "Mas a palavra abarca também a fonte originária das coisas, aquilo a partir do qual se desenvolvem e pelo qual se renova constantemente o seu desenvolvimento; com outras palavras, a realidade subjacente às coisas de nossa experiência" (Bornheim, 1977, p. 11-12).

algumas passagens da reconstituição doxográfica do pensamento do autor presente em textos de filósofos que o citam, a partir de outros relatos de pensadores e escritores do período. Vejamos alguns deles:

30 – Este mundo, igual para todos, nenhum dos deuses e nenhum dos homens o fez; sempre foi, é e será um fogo eternamente vivo, ascendendo-se e apagando-se conforme a medida. [...]. 36 – Para as almas, morrer é transformar-se em água; para a água, morrer é transformar-se em terra. Da terra, contudo, forma-se a água, e da água a alma. [...]. 52 – O tempo é uma criança que brinca, movendo as pedras do jogo para lá e para cá; governo de criança. [...]. 53 – A guerra é o pai de todas as coisas e de todos o rei; de uns fez deuses, de outros, homens; de uns, escravos, de outros homens livres. [...]. 88 – Em nós, manifesta-se sempre uma e a mesma coisa: vida e morte, vigília e sono, juventude e velhice. Pois a mudança de um dá o outro e reciprocamente. [...]. 91 – Não se pode entrar duas vezes no mesmo rio. Dispersa-se e reúne-se; avança e se retira. (Bornheim, 1977, p. 38-39;41).

Sob tal perspectiva arque-genealógica, no termo desenvolvimento encontramos outra assinatura advinda da relação entre Ato e Potência concebida por Aristóteles. O pensador estagirita procurava oferecer uma forma de compreensão da dinâmica do vir-a-ser, da mudança e da permanência inerente aos entes que se apresentam na existência. Nesta direção, Aristóteles argumenta na obra “Metafísica”, que o movimento que demarca a permanência, tanto quanto a mudança dos entes, da *physis*, da natureza, do mundo em sua totalidade, possui sua natureza primeira, seu fundamento na relação entre Ato e Potência. Todos os seres existem em Ato e em Potência. Em ato reside a potência de ser, de constituir-se, de alcançar outra condição. Porém, a potência não se esgota no ato, mas mantém em ato sua condição de vir-a-ser, sua potência (Bazzanella, 2012).

Ou dito de outra forma, o Ato, a forma que o ente assume em sua presentificação, não significa o esgotamento da potência, mas sua atualização como potência. Tal condição implica reconhecer que é inerente a todo e qualquer ente que se apresenta à existência a condição do movimento, da constante busca de realização de suas plenas potencialidades. Assim, a Potência ao fazer a passagem para o Ato potencializa-se, atualizando-se constantemente em ato. A potência não se esgota no

Ato, mas potencializa sua própria condição. Sob tais pressupostos, a passagem da Potência para o Ato não significa necessariamente que as coisas se tornam melhores em sua atualidade (ato), mas que a potência se mantém como potência de algo à medida que permanece como horizonte de possibilidades, como irrealizável em sua potencialidade, potencializando o movimento, a constante dinâmica do vir-a-ser (Bazzanella, 2012).

Algo é em potência se o traduzir-se em ato daquilo de que se diz ser ele em potência não implica nenhuma impossibilidade. Dou um exemplo: se alguém tem potência para sentar-se e pode sentar-se, não terá nenhuma impossibilidade de fazê-lo quando tiver que sentar. E de modo semelhante quando se tratar da potência de ser movido ou de se mover, de estar parado ou de parar, de ser ou de vir a ser, de não ser ou de não advir. O termo ato, que se liga estreitamente ao termo *enteléquia*, mesmo que se estenda a outros casos, deriva sobretudo dos movimentos: parece que o ato é, principalmente, o movimento. Por essa razão não se atribui o movimento às coisas que não existem, mas se lhe atribui os outros predicados: por exemplo, pode-se dizer eu as coisas que não existem são pensáveis e desejáveis, mas não que são em movimento. E isso porque, mesmo não sendo em ato, deveriam ser em ato. De fato, entre as coisas que não são, algumas são em potência, mas não existem de fato, justamente porque não são em ato (Aristóteles, 2005, p. 403-405)

Sob tais assinaturas reconhecidas no âmbito investigações e perspectivas arque-genealógicas, pensar o desenvolvimento significa conceber uma determinada condição, seja ela, social, política, econômica, sob a prerrogativa do movimento, da dinâmica do vir-a-ser, da possibilidade de tornar-se algo, de alcançar certo estágio a partir do reconhecimento de defasagem, da falta, da incompletude em relação a determinada condição individual, ou social reconhecida como adequada, melhor, superior em relação condição supostamente inferior daquele que observa. Assim, o reconhecimento de nossa condição de país periférico, subdesenvolvido, ou emergente, implica, incide, ou mesmo desencadeia movimentos sociais, econômicos, culturais e políticos que requerem, senão exigem que se que almeje individualmente e socialmente, o alcance de qualidade de vida individual, social e político similar, ou se possível superior a condição dos povos desenvolvidos.

Avançando na investigação arque-genealógica, no reconhecimento das assinaturas que a concepção de desenvolvimento na atualidade comporta de contextos e concepções específicas, manifesto em determinados momentos da trajetória ocidental, aquilo que nomeamos de Ocidente¹⁵, ou de Civilização Ocidental é resultante do entrecruzamento de duas tradições civilizatórias. A tradição greco-romana, da qual herdamos certo uso singular da razão, nomeada de filosofia, bem como das instituições e do direito romano, com a tradição monoteísta judaico-cristã da qual herdamos uma cosmologia assentada no ato da criação e na promessa da salvação. Estas duas tradições se entrecruzam ao longo dos séculos conformando o Ocidente e a modernidade.

Mas, entre outras possibilidades o que constitui a cosmovisão da tradição judaico-cristã que conforma nossa concepção de desenvolvimento? A concepção de que o mundo foi criado por um ato voluntarioso, a partir de uma causa, causante não causada. Deus. Absoluto em sua condição¹⁶. Neste contexto, o ato da criação não se dá *ex-nihilo*, mas a partir de um projeto da criação no centro do qual se encontra o ser humano, imagem e semelhança de seu criador. Este projeto da criação encontra-se condicionado por uma economia da salvação. Ou seja, o *locus por excellence* do ser humano no contexto do projeto da criação vincula-se a uma dimensão teleológica inerente a economia da salvação. Ou dito de outra forma, a existência humana como

¹⁵ “O que é o 'Ocidente', *the West*? Essa civilização ou cultura – [...] terá uma unidade mais profunda do que suas divisões geopolíticas? Possuirá valores e instituições comuns por intermédio dos quais ela poderia constituir-se em um único e mesmo mundo, distinguindo-a, ainda por muito tempo, do universo chinês, japonês, indiano, árabe-muçulmano, africano e, também, de mundos reputados bem próximos, tais como a ortodoxia russa e do Leste Europeu, além da América Latina ou de Israel? [...] a civilização ocidental pode ser definida, em uma primeira abordagem, pelo Estado de direito, pela democracia, pela liberdade intelectual, pela racionalidade crítica, pela ciência e por uma economia baseada na propriedade privada. Ora, todos esses valores e todas essas instituições não são 'naturais', mas o resultado de uma longa construção histórica” (Nemo, 2005, p. 8-9).

¹⁶ “[...], em Gênesis, ao dizer que no começo Deus fez os céus e a terra, uma distinção ontológica é feita entre Deus e o universo, [...]. O cosmos (um mundo ordenado) é dito ter um começo, não ser eterno, e conseqüentemente não ser absoluto? Deus se distingue do universo. Ele não tem começo, mas é eterno. Como Criador do universo, Deus não é parte do universo, nem este é uma parte de Deus. A criação depende Dele para sua existência. O status ontológico do universo (o tipo de realidade que ele é) distingue do status ontológico de Deus” (Allen; Springsted, 2010, p. 15).

resultado da criação vincula-se a uma finalidade que se realiza no tempo presente, cuja meta final e a salvação, que se configura como retorno e vida eterna junto ao criador.

Assim, a plena realização humana se confirma no ato da salvação. Todo o transcurso de uma vida é o alcance da perfeição moral instituída no ato da criação a realizar-se plenamente no ato da salvação. Assim, encontramos na concepção moderna de desenvolvimento duas assinaturas, o princípio teleológico inerente a existência humana e dos demais seres e entes cuja existência vincula-se a obra da criação que lhe imprime uma finalidade existencial que deve ser alcançada no transcurso de um determinado tempo em função de um tempo futuro. E essa temporalidade futura está por vir, por chegar, é sempre algo que virá, e que está articulado a determinados fatores, comportamentos, investimentos, condicionando à ação humana, a política, a economia como estratégia para assegurar o tempo vindouro.

Portanto, a modernidade¹⁷ seculariza, traz para o século, para o tempo presente as assinaturas ontológicas aristotélicas advindas do mundo antigo greco-romano e, as prerrogativas teológicas monoteístas judaico-cristãs medievais¹⁸, demarcando na concepção de desenvolvimento a ideia de movimento, de transcurso de um ponto A para um ponto B, da condição de país subdesenvolvido para país desenvolvido. Este movimento (inerente a concepção de desenvolvimento) cumpre uma finalidade a

¹⁷ O conceito de modernidade utilizado para leitura, interpretação e análise do objeto desta pesquisa, no presente artigo, tem seus contornos definidos cronologicamente a partir do século XVI a meados do século XIX, período em que significativas transformações se apresentaram na Europa ocidental. Entre elas podem-se citar: as grandes navegações e o contato com novas terras e povos; redefinições na dinâmica produtiva e econômica europeia, com o nascimento do capitalismo; descobertas científicas e avanços tecnológicos nas mais diversas áreas; fundação do Estado moderno; revoluções políticas e culturais; Todos estes eventos marcaram epistemologicamente e ontologicamente a ocidentalidade, confluindo naquilo que se convencionou nomear de projeto moderno, cujas principais características podem ser definidas através do fortalecimento de uma determinada racionalidade, do exercício da liberdade subjetiva como condição do exercício da autonomia, da ética que permeia as relações sociais. No Estado democrático de direito que procura garantir a participação equitativa da nação nos limites estabelecidos em lei. Na garantia de acesso à propriedade privada, base da dinâmica econômica de produção e do consumo e, na difusão da cultura como condição do exercício da reflexividade (Bazzanella, 2010).

¹⁸ "O pensamento político medieval tem-se tornado ao mesmo tempo mais inteligível e mais relevante para as preocupações atuais, por diversas razões. A erudição recente tem conduzido a uma maior consciência do papel dos pensadores medievais no fornecimento das bases para o pensamento político moderno. [...]. Nossos debates de hoje sobre valores "modernos" e "ocidentais" recebem maior importância, graças às reivindicações atualmente feitas em favor da tradição islâmica e, em uma parte crítica de nosso mundo, em favor do judaísmo tradicional" (Mcgrade, 2008, p. 19).

realizar-se no contexto dos modelos políticos, jurídicos, econômicos e sociais, que conformam as sociedades modernas, em seus mais diversos regimes de governo, sejam eles: o capitalismo, o socialismo, ou o comunismo.

Assim, entre as ideias intrínsecas a concepção de desenvolvimento e, que perpassam as formações sociais modernas e contemporâneas supracitadas a ideia de progresso, de evolução, de melhoramento de determinada condição societária, como finalidade última e universal da condição humana apresentam-se determinantes. Além disso, traz consigo a ideia de que indivíduos e sociedades estariam sempre em movimento de aprimoramento de sua condição. Se ainda não alcançaram o tão almejado desenvolvimento é porque falta apenas mais uma descoberta, uma nova pesquisa, um novo conhecimento sobre algo, sobre a sociedade, sobre o ser humano, sobre o mundo.

As assinaturas civilizatórias que subjazem a concepção de desenvolvimento demarcam a modernidade, o tempo em que estamos inseridos como uma constante aposta no futuro, devido à certeza, senão a crença societária de que pelo movimento do progresso e/ou do desenvolvimento inevitável a realizar-se cotidianamente no tempo presente, o melhor está por vir. Busca-se, anseia-se pelo desenvolvimento que trará o melhor. E considerados os milhões de anos de errância do humano sobre face da terra, enfrentando intempéries, a fome, a dor, o sofrimento, as pestes, as pandemias, a morte abruta é compreensível a aposta humana e, das mais diferentes sociedades no desenvolvimento científico, tecnológico, produtivo e, sobretudo humano e social como finalidade almejada.

O alcance de condições suficientes de desenvolvimento por parte de povos e países com a extensão dos direitos individuais e sociais a uma vida humanamente digna poderá contribuir para redefinições na forma como nos relacionamos com a natureza, com a vida em sua totalidade de manifestação constituindo as bases, ou condições necessárias e desejáveis para um desenvolvimento ambiental, humano e social sustentável. Observe-se, mesmo que não seja objeto desta reflexão, que o

desenvolvimento sustentável requer o reconhecimento da centralidade da vida, da qual a vida humana é apenas uma parcela, mas em sua condição parcial apresenta-se como um fim em si mesmo, cuja finalidade vital é o alcance da felicidade, que se realiza plenamente por meio da ação humana na praça pública como forma *sine qua non* da preservação dos bens comuns, a isso se chama política. Reitere-se que embora seja este exercício reflexivo para outro artigo, é preciso considerar que deste entendimento de desenvolvimento como tempo vindouro, a partir de diferentes construções políticas, este se desdobrará em novas possibilidades, como desenvolvimento sustentável, humano, social, econômico, mantendo o pressuposto teleológico de alcance de um futuro sempre superior, melhor em que as contradições, a luta de classes, a exploração humana e da natureza seriam superadas e todos viveriam com felizes, com qualidade de vida, o que confere continuidade e aprofunda o problema do entendimento da ciência do desenvolvimento, pois amplia e complexifica seu escopo ao adjetivar o desenvolvimento.

Mas, trata-se também de considerar alguns aspectos éticos implicados a positividade e, na pretensão científica e ideológica de desenvolvimento e, que tem a potencialidade de remeter a uma visão minimalista em relação a capacidade humana de refletir, de questionar os limites do progresso, os limites das condições ambientais e humanas. Nesta direção, torna-se recomendável lembrar que todas as vezes que se abre mão da reflexividade crítica diante das propostas societárias alicerçadas excessivamente nas verdades da ciência e da técnica fica-se subordinado à máxima de que, se tecnicamente algo é factível, então eticamente estariam dispensadas as devidas justificativas e cuidados com a vida, com a condição humana. Ou seja, a máxima de que se faça tudo o que se puder fazer e não se questione os imperativos desta ação, pois condicionadas a um desenvolvimento que se concretiza no futuro, apenas revelam os riscos da racionalidade instrumental que promove violência e barbárie.

Diante destas perspectivas genealógicas podemos considerar à luz da Filosofia Política, ou mais especificamente de elementos de uma epistemologia política de conformação arque-genealógica do desenvolvimento, os seguintes aspectos:

1. O desenvolvimento não conforma uma ciência em específico no interior de um campo científico;
 - 1.1 O desenvolvimento apresenta-se como área de concentração, ou subárea, reunindo as mais diversas ciências em sua composição científico discursiva;
 - 1.2 O desenvolvimento é uma área de concentração multidisciplinar;
 - 1.3 O fazer científico em torno do desenvolvimento requer considerar a diversidade investigativa alicerçada na disciplinaridade, na pluridisciplinaridade, na interdisciplinaridade, entre outras variáveis afins;
 - 1.4 O desenvolvimento apresenta-se como um conceito radial articulando escalas e dimensões constitutivas da realidade na forma do desenvolvimento local, regional, territorial, nacional, rural, urbano, humano, social e sustentável;
 - 1.5 O desenvolvimento como área de concentração permite a constituição de conhecimentos científicos e ideologicamente comprometidos com interesses políticos, sociais e econômicos estratégicos.
 - 1.6 Jamais fomos modernos (Bruno Latour)¹⁹. O desenvolvimento apresenta-se como anseio humano, demasiadamente humano ao longo da aventura humana sobre a face da terra.
 - 1.7 O desenvolvimento se apresenta como uma obsessão eficaz no nosso tempo²⁰ porque coincide com anseios humanos e sociais dos mais distintos povos, mas também coincide com projetos de poder totalitários, fascistas e ditatoriais de controle absoluto de povos e populações.

¹⁹“Daí a última questão que é também a mais difícil: se deixamos de ser modernos, se não podemos mais separar o trabalho de proliferação e o trabalho de purificação, o que iremos nos tornar? Como desejar as Luzes sem a modernidade? A hipótese, também por demasiado enorme, é de que será preciso reduzir a marcha, curvar e regular a proliferação dos monstros através da representação oficial de sua existência. Seria necessária uma outra democracia? Uma democracia estendida às coisas? Para responder a estas perguntas, deverei distinguir entre os pré-modernos, os modernos, e mesmo entre os pós-modernos aquilo que eles têm de durável e o que têm de fatal. Perguntas demais, bem o sei, para um ensaio que não tem outra desculpa que não sua brevidade. Nietzsche dizia, sobre os grandes problemas, que eram como os banhos frios: é preciso entrar rápido e sair da mesma forma” (Latour, 1994, p. 17).

²⁰“A obsessão do desenvolvimento é tão eficaz no nosso tempo porque coincide com o projeto biopolítico de produzir um povo sem fratura” (Agamben, 2015, p. 39).

- 1.8 O desenvolvimento requer maciços investimentos no ser humano. E o melhor caminho é o investimento em educação e redução da desigualdade. Os mais diferentes povos e sociedades nos mais diferentes tempos históricos que compreenderam tal condição constituíram propostas educacionais extremamente consistentes.
- 1.9 Desprovidos de proposta e investimento consistente de Educação povos permanecem em condição subalterna, periférica, subdesenvolvida e, algumas experiências constata-se inclusive seu embrutecimento manifesto na disseminação generalizada da violência.
- 1.10 O investimento prioritário nos seres humanos por meio de consistentes propostas educacionais baseadas na solidariedade, na cooperação é condição *sine que non* para paralisar a máquina teológica do desenvolvimento submetida aos imperativos do capital e que opera em constante estado de exceção aniquilando e devorando formas de vida indesejáveis, inadequadas ao seu *modus operandi*.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente artigo procurou demonstrar as possíveis contribuições da epistemologia advinda da filosofia política às pesquisas e debates em torno do conceito, da ideologia, ou das concepções de desenvolvimento, tão caros aos povos e sociedades contemporâneas. Ou dito de outra forma, o desenvolvimento ao não se apresentar como uma área específica de conhecimento, mas por se apresentar como área de concentração, cuja origem vincula-se as ciências humanas, mais especificamente a Economia Política e, mais recentemente as Ciências Sociais Aplicadas, neste caso com maior incidência da Geografia Econômica, tratou-se de demonstrar que a Filosofia, área do conhecimento que está nos primórdios da racionalidade ocidental e, sobretudo da ciência moderna possui contribuições relevantes e, até mesmo, necessárias e urgentes ao debate do desenvolvimento na atualidade, sobretudo em suas pretensões de cientificidade.

Nesta direção, o artigo se constitui a partir de reflexões inerentes a epistemologia política do desenvolvimento, a luz das contribuições da filosofia política ancorado no método arque-genealógico. Sob tais pressupostos se trata, a partir da arque-genealogia de demonstrar que as concepções de desenvolvimento em suas várias acepções e concepções na atualidade jamais foram modernas, ou seja, de constituição exclusivamente moderna, mas remontam ao longo da tradição civilizatória ocidental a concepções de movimento, de teleologia, de escatologia.

Assim, do mundo antigo, sobretudo grego herdamos a concepção de que o mundo é devir, é movimento. Tudo que nele existe, ou que nele se manifesta em sua condição contingencial participa de manifestação existencial necessária, cumprindo o ciclo de nascimento (surgimento), desenvolvimento e declínio. O movimento como condição inerente foi refletida profundamente por pensadores como Heráclito de Éfeso, para quem o mundo é constante e ininterrupto devir e, por Aristóteles a partir da relação entre ato e potência.

A conformação de variáveis do pensamento grego antigo com as prerrogativas do pensamento judaico-cristão ao longo da Idade Média acrescentou à condição contingencial dos entes, submetidos à necessidade do movimento, da mudança, da transformação a dimensão teleológica e escatológica. Ou seja, o mundo concebido como obra da criação e, tudo o que nele se apresenta a existência, especificamente os seres humanos criados a imagem e semelhança do criador cumprem na dinâmica da “economia da salvação”, finalidade existencial a redenção junto ao criador a realizar-se no tempo presente. Ou seja, o mundo, a vida, a existência são concebidos a partir de uma finalidade, o alcance do bem, do belo, da justiça no fim dos tempos. A finalidade (teleologia) da existência se alcança e, se realiza (escatologia) a partir dos esforços cotidianos no presente, de observação e cumprimento das máximas e, imperativos, inscritas no projeto da criação e, manifestos da economia da salvação.

A modernidade em toda sua pretensão científica, tecnológica é herdeira destas tradições de pensamento que conformaram concepções e formas de agir no mundo.

Tal condição, se manifesta de forma clarividente na concepção, nas teorias e planos de desenvolvimento local, regional e nacional. A consistência desta tradição civilizatória de pensamento e ação é de tal ordem, que simplesmente se toma um absoluto o argumento da necessidade de desenvolvimento de comunidades, povos e, países.

O desenvolvimento apresentado como finalidade a ser alcançado no transcurso do tempo presente pelo esforço de comunidade, de povos, em transporem sua condição de não desenvolvidos (ou subdesenvolvido, periférico, emergente) se justifica a partir do argumento de alcance da qualidade de vida. Esta definição de desenvolvimento apresenta-se como verdade inquestionável a partir de um modelo de sociedade de plena produção e consumo, que desconsidera as singularidades do modo de vida das mais diferentes comunidades e povos existentes mundo afora, bem como desconsidera os impactos destes imperativos de desenvolvimento sobre a totalidade das formas de vida que são constitutivos da biosfera.

Talvez este seja um dos motivos, a partir dos quais o desenvolvimento se apresenta na modernidade como uma obsessão, senão até mesmo como um discurso de conformação “totalitária”, ao apresentar-se como imperativo advindo das sociedades ocidentais de plena produção e consumo, sobre a singularidade dos modos de vida dos mais diferentes povos que se apresentam sob a face da mãe terra.

Sob tais circunstâncias, se num primeiro momento, uma das contribuições de uma epistemologia política, advinda da filosofia política em seus esforços arqueogenealógicos foi compreender as concepções civilizatórias que subjazem a concepção de desenvolvimento na modernidade, num segundo momento sua contribuição é chamar atenção para a condição impositiva, senão totalitária inerente às concepções de desenvolvimento constitutivas das sociedades contemporâneas de plena produção e consumo, em sua pretensão de modelo universalmente verdadeiro aos mais diferentes povos e países em suas singularidades vitais. E considerar que esta construção se dá através de instrumentos ideológicos e violentos. Ou seja, trata-se de chamar atenção para as imposições discursivas que se pretendem verdadeiras em

relação a definição e implementação de formas de organização dos povos em busca de melhorias, e que, portanto desconsideram a diversidade singular das formas de vida e de organização de comunidades e povos.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Meios sem fim: notas sobre a política**. Tradução Davi Pessoa. Revisão da tradução Cláudio Oliveira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- AGAMBEN, G. **Signatura Rerum: Sobre o método**. Tradução Andrea Santurbano, Patricia Peterle. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ALLE, D.; SPRINGSTED, E. O. **Filosofia para entender teologia**. Tradução: Daniel da Costa. Santo André, SP: Academia Cristã; São Paulo: Paulus, 2010.
- AMARO, R. R. Desenvolvimento: um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 4, p. 35-70, 2003. Doi: <http://dx.doi.org/10.4000/cea.1573>.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2005. v. II
- BAGNI, S. Los derechos de la naturaleza en la jurisprudencia colombiana e indiana. **Revista Jurídica Derecho**, v. 7, n. 9, p. 33-53, 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.bo/pdf/rjd/v7n9/v7n9_a03.pdf - Acesso em: abr. 2024.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Financiamento do desenvolvimento sustentável: a contribuição dos bancos de desenvolvimento**. Brasília: BNDES, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/blogdodesenvolvimento/detalhe/Financiamento-do-desenvolvimento-sustentavel-a-contribuicao-dos-bancos-de-desenvolvimento/> Acesso em: jun. 2024.
- BAZZANELLA, S. L. **A centralidade da vida em Nietzsche e Agamben frente à metafísica ocidental e a biopolítica contemporânea**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94701/287230.pdf?sequence=1&isAllowed=y> - Acesso em: abr. 2024.

BAZZANELLA, S. L. Filosofia e desenvolvimento. *In*: BAZZANELLA, S. L. *et al.* (Orgs). **Crônicas do desenvolvimento**. Florianópolis: DIOESC, 2012.

BAZZANELLA, S. L. *et al.* Desenvolvimento: conceito ou ideologia? **Desenvolvimento em Debate**, v. 10, n. 1, p. 57-79, 2022. Disponível em: https://inctpped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/revista_dd_v10_n1_alexandre_tomporoski.pdf. Acesso em: maio 2024.

BORNHEIM, G. A. **Os filósofos pré-socráticos**. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Tabelas de área de conhecimento e avaliação**. Brasília: CAPES, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>. Acesso em: ago. 2024.

CHANG, H.-J. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

DELEUZE, G. **Nietzsche e a filosofia**. Tradução Mariana de Toledo Barbosa e Ovídio de Abreu Filho. São Paulo: N-1, 2018.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. Tradução Salma Tannus Muchail, 9.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GILES, T. R. **O que é filosofia**. São Paulo: EPU, 1984.

KUJAWSKI, G. M. **Filosofia**: a razão a serviço da vida. São Paulo: Editora Nacional, 1985.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

MACGRADE, A. S. (Org.). **Filosofia medieval**. Tradução de André Oides. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2008.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MONDIN, B. **Introdução à filosofia**: problemas, sistemas, autores, obras. Tradução J. Renard. São Paulo: Paulus, 1980.

NEMO, P. **O que é o ocidente?** Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NIETZSCHE, F. W. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Tradução, notas e posfácio Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PORTA, M. A. G. **A filosofia a partir de seus problemas**: didática e metodologia do estudo filosófico. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

PRADO, F. C. **A ideologia do desenvolvimento e controvérsia da dependência no Brasil Contemporâneo**. 168 f. 2015. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/teses/2015/Fernando%20Correa%20Prado.pdf>. Acesso em: abr. 2024.

PRADO Jr, C. **O que é filosofia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

SANTOS, T. **Democracia e socialismo no capitalismo dependente** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1991.